

RETÓRICA E CRÍTICA DOCUMENTAL NA ESCRITA BIOGRÁFICA DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (1806-1835)

RHETORIC AND DOCUMENTARY CRITICISM IN BIOGRAPHICAL WRITING AT THE ROYAL ACADEMY OF SCIENCES OF LISBON (1806-1835)

José Alves de Oliveira Júnior*
juniorhagrid@hotmail.com

RESUMO: Este estudo examina a introdução da crítica documental na escrita biográfica da Academia Real das Ciências de Lisboa. Criada no reinado da rainha D. Maria I, em 1779, a agremiação publicou em suas coleções *Memórias de Literatura* (1792-1814) e *História e Memórias* (1792-1835) escritos sobre a vida e as obras de personalidades da História de Portugal. Tais coleções periódicas sintetizaram o esforço e o ineditismo do projeto que concebeu o estudo científico da história portuguesa na primeira metade do século XIX. Nesse movimento, a escrita biográfica, vinculada tradicionalmente aos preceitos do gênero retórico-poético, passou a incorporar as reflexões científicas instituídas no programa das ciências naturais. A ênfase dada a autoridade do “documento autêntico”, no estudo científico das letras, possibilitou que se constituísse na escrita biográfica uma concepção moderna de evidência histórica que passou a coexistir com uma outra mais antiga, a evidência formulada pelos métodos da retórica clássica.

PALAVRAS-CHAVE: Biografia; Crítica histórica; Retórica; Academia Real das Ciências de Lisboa.

ABSTRACT: This study examines the introduction of documentary criticism in biographical writing at the Royal Academy of Sciences of Lisbon. Established during the reign of Queen Maria I in 1779, the academy published writings on the lives and works of prominent figures in Portuguese history in its collections *Memórias de Literatura* (1792–1814) and *História e Memórias* (1792–1835). These periodical collections encapsulated the effort and originality of the project that conceived the scientific study of Portuguese history in the first half of the 19th century. In this movement, biographical writing, traditionally linked to the precepts of the rhetorical-poetic genre, began to incorporate the scientific reflections established within the framework of the natural sciences. The emphasis on the authority of the “authentic document” in the scientific study of literature enabled the emergence of a modern conception of historical evidence in biographical writing, which came to coexist with an older form of evidence derived from classical rhetorical methods.

KEYWORDS: Biography; Historical criticism; Rhetoric; Royal Academy of Sciences of Lisbon.

* Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Mestre em História pelo PPGH/UFG. Professor efetivo da Secretaria Estadual da Educação de Goiás (SEDUC/GO). Membro do Laboratório de Estudos Interdisciplinares em História e Literatura (LIHLIT/UFG). Atua nas áreas de história da historiografia luso-brasileira, retórica e práticas letradas dos séculos XVI ao XIX.

A relação entre biografia e história nem sempre foi precisa. Na Antiguidade, Políbio assinalava que o objeto da história não se reduzia à monografia, posto que visava a síntese geral, considerando que os historiadores deveriam evitar a dramatização da narrativa e se esforçar na transmissão da verdade. De modo distinto de Políbio, o historiador grego Plutarco conferiu outro patamar para o gênero biográfico. Para ele, o interesse da história deveria ser menos os “determinantes estruturais” do que a busca pelos “sinais da alma” sobre a etiologia política (Loriga, 1998).

Plutarco reivindica, para o biógrafo, o direito de estilizar a realidade da experiência de vida para trazer testemunhos de valores de amplitudes gerais. Do mesmo modo, Suetônio, em sua obra *A vida dos Doze Césares*, escrita no início do século II d.C., não apenas registrou a trajetória dos primeiros imperadores romanos, mas também utilizou a biografia como um instrumento de análise moral e política. Ao relatar aspectos públicos e privados dos Césares, o autor destacou virtudes e vícios, apresentando-os como exemplos a serem seguidos ou evitados (Suetônio, 2012). Nessa tradição grega, e posteriormente romana, a história tinha menos a intenção de dar relatório detalhado dos acontecimentos que a missão de distribuir exemplos para a vida. Incorporando a fórmula ciceroniana da história, a biografia pôde deixar de ser considerada um gênero impuro para permitir a produção de exemplos destinados a ilustrar a atemporalidade das virtudes e dos valores morais (Revel, 2010).

No Brasil, a escrita biográfica institucionalizou-se com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Pesquisadores como Temístocles Cezar, Maria da Glória, Evandro dos Santos e Rafael Dall’Agnoll produziram trabalhos que se ocuparam de analisar as relações entre a biografia e a escrita da história oitocentista, evocando discussões sobre exemplaridade, temporalidade e crítica histórica. Em sua tese *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*, a historiadora Maria de Glória de Oliveira se concentra nas relações entre a escrita biográfica e os processos de temporalização e cientificização da história no século XIX (Oliveira, 2009).

Nosso trabalho, por sua vez, concentra-se na análise da escrita biográfica em um período anterior à criação do IHGB, época em que não havia ainda ocorrido a autonominação do campo historiográfico nem a profissionalização do historiador. A escrita da história, e, por sua vez, a escrita de biografias, ainda faziam parte do universo retórico das belas-lettras, campo que tinha como principal figura a atuação do homem de letras. Não havia, desse modo, uma clara distinção entre história e biografia. Os escritos biográficos como panegíricos, vidas, elogios fúnebres e outros, eram entendidos como subgêneros no conjunto heteróclitos das formas historiográficas que também incluíam Tratados, Relações, Corografias, Cosmografias e Crônicas. Em meio a essas variações, os panegíricos eram entendidos como conjunto de exemplos estabelecidos por discursos de exaltação das qualidades morais das pessoas ilustres (Pécora, 2002). No mundo católico português dos séculos XVI e XVII, esse modelo historiográfico seria adaptado por João de Barros e por Manuel Severim de Faria, permanecendo influente pelo menos até o século XIX.

A Academia Real das Ciências de Lisboa instituiu em seus programas a escrita e a publicação de diferentes tipos de narrativas biográficas. A escrita biográfica da associação, tradicionalmente ligada às formas retóricas da invenção, disposição e elocução do panegírico, expressou-se por meio de elogios

acadêmicos e memórias históricas publicadas nas principais coleções da instituição, as *Memórias de Literatura Portuguesa* (1792-1814) e a *História e Memórias* (1792-1835).¹ Na tratadística historiográfica portuguesa, os gêneros historiográficos “biográficos” deveriam ser escritos conforme as regras do gênero demonstrativo da retórica antiga, aquele que, conforme Aristóteles e Quintiliano, servia ou para elogiar ou para censurar.² De modo geral, o panegírico fazia o elogio da pessoa conforme sua posição social ou cargo de importância. Era gênero exclusivo dos “grandes”, estando compromissado com aqueles em que se podia homenagear a nobreza das ações. No tratado *Teatro da Eloquência*, o panegírico era próprio dos heróis e príncipes que se distinguiram “ou nas virtudes, ou nas ações militares” e se “fizeram dignos de serem o objeto da eloquência” (Mello, 1766). A disposição do panegírico se fazia *in ordo naturalis* e a sua invenção segundo os lugares do *topoi personarum* expostos principalmente por Quintiliano: constituição física, origem, nação, pátria, sexo, idade, educação e instrução, fortuna, condição social, caracteres, ocupação, aparência, ações e palavras (Quintiliano, 1836; Sinkevisque, 2015). Embora fundamentado nos preceitos da retórica clássica, a escrita desse tipo de texto histórico, como veremos ao longo desse artigo, não seria oposta aos processos de cientificização da história ocorrido nos séculos XVIII e XIX. Na Academia Real das Ciências de Lisboa, os ilustrados responsáveis pelos trabalhos desse gênero uniram a análise empírica e crítica das fontes, já presente nos estudos econômicos, aos procedimentos elocutivos da retórica clássica.

A Academia Real das Ciências foi instituída em 1779 como parte do movimento acadêmico análogo em várias partes da Europa. A associação, criada em meio ao movimento das “luzes portuguesas”, serviria como difusora da política cultural nos anos finais do século XVIII, constituindo-se como centro de confluência de sociabilidades letradas e de preocupações científicas. Nascida em meio às tensões da *Viradeira* e da Crise do Sistema Colonial, a Academia científica veio a se estabelecer como continuadora da perspectiva reformista iniciada com o Marquês de Pombal (Domingues, 1994).

A fundação da Academia corresponderia à tentativa de incentivar o desenvolvimento científico, que poderia ser utilizado na resolução dos problemas econômicos e do atraso cultural do reino. A meta inicial da Academia era o investimento em um projeto de redefinição dos cânones mentais políticos e estratégicos voltados para a busca do conhecimento científico útil ao Estado. Nas *Memórias Econômicas* da instituição, destacam-se três orientações fundamentais que definiram o plano da associação: o pragmatismo cientificista, voltado para a elaboração de diretrizes científicas e empíricas úteis ao Estado; o memorialismo especulativo, direcionado à reflexão sobre os problemas concretos da economia; e o projetismo, com foco na recuperação das condições materiais do Império. As memórias serviam como instrumentos que articulavam o mundo natural da colônia, o presente de atraso e o futuro, ao servir para dar “conselhos” de como a atividade administrativa deveria conduzir a economia (Munteal Filho, 1998).

¹ A retórica antiga dividia a composição do discurso em partes. Na invenção, o orador ou o poeta escolhe as coisas retóricas, as tópicos ou casos, neste caso deve-se achar o que dizer; na disposição, organiza-as conforme a conveniência dos gêneros e dos argumentos, no caso, coloca-se em certa ordem o que se tem a dizer; na elocução, aplica-lhes os ornatos, que são os artifícios mediante os quais se particularizam as coisas retóricas, os tropos e as figuras de linguagem (Souza, 1999).

² Aristóteles distingue três gêneros retóricos: o gênero judiciário (que acusa ou defende), o deliberativo (que aconselha ou desaconselha) e o epidítico ou demonstrativo (que louva ou censura) (Souza, 1999).

O memorialismo, inicialmente utilizado pela Academia Real de História Portuguesa e, mais tarde, pela Academia Real das Ciências, definiu também o formato a partir do qual seriam feitas as reflexões científicas sobre a história de Portugal. O gênero das memórias funcionava como uma espécie de “comentário” que implicava o exame de documentos, a alegação de fontes, a transcrição de provas, a exposição e resolução de dúvidas sobre fatos históricos (Mota, 2003). A esse gênero pertencia o aparato crítico dos documentos e bibliografias, das tábuas cronológicas, cartas geográficas, corográficas, genealogias, catálogos de autoridades, constituindo-se como precondição para a elaboração de uma história. Segundo Iris Kantor, os historiadores eruditos tratavam de distinguir o campo heurístico do campo hermenêutico, de modo que a autoridade das interpretações ou “conjecturas” só poderia ter plausibilidade quando fundada na pesquisa. Seguindo as regras da “boa crítica”, os historiadores pressupunham uma dimensão construtiva e cumulativa do conhecimento histórico, tornando possível a coletivização dos resultados no círculo acadêmico (Kantor, 2004).

Ao definir a Diplomática como “Ciência dos Diplomas”, que “nos ensina a avaliar com exatidão os antigos Diplomas, distinguindo os verdadeiros dos falsos ou duvidosos”, o acadêmico João Pedro Ribeiro apresentaria uma postura mais firme contra os falsos documentos (Ribeiro, 1819). Letrado formado na tradição do antiquarianismo, Ribeiro daria novo fôlego aos estudos diplomáticos em Portugal, a partir da leitura das obras de Jean Mabillon, maior autoridade nos trabalhos eruditos até então. O acadêmico objetivava o desenvolvimento de um método crítico que seria capaz de assegurar a autenticidade dos documentos, livrando-os do risco de falsificação (Guimarães, 2011). De modo geral, o conhecimento das fontes para a construção da verdade, empreendida nas investigações do Direito e respaldada pelo empirismo, já em vigor nos estudos das ciências naturais, tornou-se indispensável para a escrita da história. A adesão aos métodos da erudição na produção histórica da associação moldou-se a partir da associação entre história e ciência permitida pela aproximação entre literatura e os paradigmas das ciências naturais (Silva, 2010). Segundo o acadêmico José Francisco Correia da Serra:

Sem certeza, porém todo o estudo é vão, e quanto mais o da nossa História nos parecer importante, tanto mais cresce a precisão de aclararmos a sua evidência, o que em História se não alcança do mesmo modo que em outras ciências, cujos objetos existem sempre, e uniformemente. Nestas a facilidade de observar os fenômenos que continuamente se repetem, faz com que todos os livros perecendo, o raciocínio, a observação, a experiência, não só restaurem o perdido, mas possam aumentar as luzes, e descobrimentos; quando pelo contrário, as pessoas, as ações e as ideias de que a nossa história deve informar-nos, passaram com o tempo que as viu existir, e nunca mais tornarão a verse. Os vestígios que de si deixaram nos monumentos, e a narração dos contemporâneos, é tudo o que delas fica, e se por ventura faltarem, não há viveza de engenho, nem agudeza de raciocínio, que possam suprir a sua falta. São, por conseguinte estes vestígios, estas narrações a base única da certeza da nossa História [...] (Serra, 1790).

Para o acadêmico, a certeza é a base para qualquer tipo de estudo científico, necessitando o historiador apurar com precisão as evidências no estudo da história. Os vestígios de narrativas e monumentos

que registram “as pessoas, as ações e as ideias” seriam a base única da “certeza” da história, uma vez que o seu estudo não permitia as observações de fenômenos que se repetem e as experimentações das “outras ciências”. Por esse motivo, seria tão importante a preservação da documentação original, vista como fonte de informações empíricas para a escrita da história. À vista desses procedimentos, os acadêmicos incorporaram reflexões de caráter crítico-documental em trabalhos biográficos como a *Memória da Vida e Escritos de D. Francisco de Melo* (1806), a *Memória da Vida e Escritos de Pedro Nunes* (1806), as *Memórias históricas sobre alguns Matemáticos Portugueses* (1812) e a *Memória sobre Martim da Boémia* (1814), publicadas nas *Memórias de Literatura Portuguesa* (1792-1814). Acompanhando o movimento iniciado nessa primeira coleção, os sócios também publicaram na coleção de *História e Memórias* (1797-1835) outros trabalhos de caráter biográfico. As memórias sobre Luiz de Camões (1821, tomo VII) e sobre Luiz de Sousa (1823, tomo VIII), foram escritas pelo sócio Francisco Alexandre Lobo. As memórias sobre os cronistas mores Bernardo de Brito (1821, tomo VII), Antônio Brandão (1823, tomo VIII) e Francisco Brandão (1827, tomo X) foram escritas pelo sócio Fr. Fortunato Boaventura. E por fim, a memória sobre o eclesiástico D. Jorge da Costa (1823, tomo VIII), escrita pelo sócio Francisco Nunes Franklin (1823). Os trabalhos de Francisco Lobo exploraram as vidas e obras de Camões e Fr. Luís de Sousa por meio da análise crítica das suas composições. Na memória sobre D. Jorge da Costa, o sócio Francisco Nunes Franklin (1823) intentou “recapitular com mais firmeza” a história do eclesiástico “tendo em vista muitos Documentos originais” que estavam no Arquivo da Torre do Tombo. Nos trabalhos do sócio Fr. Fortunato Boaventura objetivou-se, assim como nos outros trabalhos, “acrescentar” e “corrigir” fatos sobre as vidas e escritos dos cronistas ao que corria impresso na *Biblioteca Lusitana* (1741- 1759) e em outras obras. A relevância conferida à consulta dos arquivos e ao exame da documentação original na produção biográfica da associação também foi sintetizada na memória sobre o cosmógrafo Martim de Bohemia, escrita pelo acadêmico Sebastião Francisco de Mendo Trigo:

Entre os homens ilustres de Portugal, no tempo do Sr. Rei D. João II, merece sem dúvida um lugar distinto o célebre Martim Behain ou de Bohemia, que alcançando na sua vida os créditos de grande Cosmógrafo, chegou com vária fortuna até os nossos dias; quase desconhecido, e desprezado de uns, e elogiado por outros como o primeiro descobridor das ilhas do Fayal, e Pico, e como aquele a quem pertence a glória, usurpada pelos Colombos e Magalhães. Queixam-se os escritores deste último partido das poucas notícias, que se acham escritas a seu respeito: desejariam alguns poderem examinar os Arquivos de Simancas, e da Torre do Tombo, não satisfeitos com os Documentos de Nuremberg, e com o que se achava impresso até os seus tempos. O Autor, que mostra mais estes desejos, é Mr. Murr, que tomando por timbre o *uni aquus veritati*, se propôs escrever (como ele diz) o que foi Martim de Bohemia, nem mais nem menos. É certo que sua Dissertação mostra um grande estudo, e trabalho: ele foi de propósito a Nuremberg examinar as Cartas originais, que ainda se conservam de Bahaim, juntamente com o seu Globo terrestre; e munido destes auxílios publicou alguns fatos, que ainda se ignoravam a este respeito: mas o pouco conhecimento que este autor tinha dos Historiadores Portugueses o fizeram as vezes errar, e outras desfigurar parte dos acontecimentos que refere. É bem de crer que se não fosse essa falta, bem desculpável em um alemão, ele me não teria deixado lugar

para escrever em semelhante matéria. Quando intentei meu trabalho, pensava como Mr. Murr, que no Real Arquivo acharia algumas das notícias que me faltavam; porém todas as minhas diligências ficaram frustradas. Persuado-me mesmo, que em Simancas não poderá existir nada de um homem, que nunca esteve ao serviço de Hespanha, nem trabalhou para aquela nação: lisonjeio-me com tudo, apesar da falta, de fazer conhecer as principais circunstâncias da vida de Martim de Bohemia, e de deixar cabalmente averiguada a parte que ele teve no descobrimento das nossas ilhas, e no da América [...] (Trigoso, 1814).

A publicação de memórias de caráter biográfico pela Academia Real das Ciências representou a continuidade do projeto de “reforma” e “aumento” das biografias dos “homens de letras” iniciada na primeira metade do século XVIII, pela Academia Real da História Portuguesa (1720). A *Biblioteca Lusitana Histórica, Crítica e Cronológica*, coleção de biografias organizada pelo Abade Diogo Barbosa Machado, e publicada entre os anos de 1741 e 1759, apresentava ao longo de quatro volumes um grande catálogo de escritores portugueses. O objetivo era “eternizar” a fama dos “maiores Sábios” nos “anais da posteridade”, através da criação de uma memória exemplar das vidas dos ilustres representantes das “República das Letras” (Machado, 1741). A valorização da exemplaridade do “homem de letras” tornou-se um aspecto comum que aproximava o projeto de escrita biográfica das duas instituições. A necessidade de “ampliação” da biografia dos escritores portugueses, como um dos programas da Academia Real das Ciências, estaria atrelada ao plano de escrita da História Literária do reino. Nesse plano, a associação propunha-se investigar os nomes e as obras de letrados portugueses, objetivando escrever a história dos progressos literários de Portugal (Alvará, 1781).

Por outro lado, Diogo Barbosa Machado (1741) assentaria a produção da *Biblioteca Lusitana* na crítica documental, entendida como exame da veracidade e autenticidade. Segundo o autor, somente por meio da “escrupulosa observação” e da ordem cronológica se poderia alcançar um conhecimento sem anacronismos, e que atestaria o valor dos autores portugueses e de suas obras. O trabalho de Barbosa, por sua vez, se tornaria referência fundamental para os membros da Academia Real das Ciências de Lisboa, de modo que os sócios da instituição se colocaram como continuadores da empresa iniciada pelo historiador setecentista.³ O acadêmico Manoel José Maria da Costa e Sá enfatizou essa continuidade:

O majestoso nascimento desta Academia tinha promovido aos literatos portugueses questões e convites de sisuda gravidade: propôs-se lhes a elucidação da história da pátria, de que tanto se carecia e se carece: pedia-se lhes a sua cooperação para a reforma e aumento da biografia de nossos escritores, e em todos se estimava o necessário estudo da língua portuguesa: estes avisos ganham força no ânimo aplicado do nosso consócio. A todos os literatos do tempo disputa a diligência de ampliar a Biblioteca Lusitana, correndo para isso com indivisível cansaço aos cartórios, e livrarias públicas e particulares, lidando ao mesmo tempo por apurar fatos e questões da nossa história, em grande parte obscurecidas nas épocas que nos são mais próximas, e finalmente voltando-se a empresa a que podemos chamar história de cada um dos vocábulos que formam a nossa língua (Costa e Sá, 1848).

³ Segundo a historiadora Maria da Glória, a obra de Diogo Barbosa Machado (1741) também serviu como referência importante para o projeto biográfico constituído pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 (Oliveira, 2009).

Nas memórias biográficas, os sócios da Academia tinham como tarefa “corrigir” ou “acrescentar” informações sobre os homenageados e suas obras ao que já havia impresso e circulava em Portugal, tanto na *Biblioteca Lusitana*, quanto em outras obras de história. Os acadêmicos partiam primeiramente do exame do que já havia de escritos sobre os autores, passando depois à análise da documentação. O objetivo era extrair “novas informações” das fontes e “atualizar” as narrativas históricas biográficas. Além disso, uma vez que as memórias históricas serviam, ou para informar novas notícias ou para discutir pontos duvidosos da história, estas poderiam tanto anteceder quanto suceder a escrita das biografias. Nessas memórias históricas, os ilustrados da Academia discutiam fatos duvidosos sobre a trajetória de vida dos letrados, o que fazia delas uma ferramenta auxiliar na resolução de questões surgidas antes ou depois da composição da obra. Os próprios títulos das memórias evidenciam esse esforço de “revisão” ou “atualização”, como demonstra a *Memória de algumas particularidades com que se pode acrescentar e corrigir o que até o presente se tem publicado sobre a Vida e Escritos do Cronista-mor Fr. Bernardo de Brito*, ou a *Memória Sobre a vida do Cronista mor Fr. Antônio Brandão, e o que se pode acrescentar ao catálogo de seus escritos, quem vem na Biblioteca Lusitana*.

Sem contestar a invenção e a disposição narrativa do panegírico, os acadêmicos utilizavam digressão, artifício de interrupção intencional do texto, para as reflexões de ordem crítico-documental nos textos biográficos. Esse foi um dos recursos encontrados pelos sócios para conciliar a narração decorosa sobre o biografado e a exposição crítica e metodológica dos pontos duvidosos da história. Na *Memória de algumas particularidades com que se pode acrescentar e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a Vida e Escritos do Cronista mor Bernardo de Brito*, o sócio Fr. Fortunato de S. Boaventura introduziu digressão para discutir a dúvida a respeito do nascimento do cronista:

Começarei por desviar-me não só deste autor, porém de todos os mais que o seguiram, e direi alguma coisa de novo sobre o nascimento de Fr. Bernardo de Brito, que retificará facilmente o que se passou até agora por certo, e fora de toda a dúvida (Boaventura, 1821).

Em contrapartida, o uso de digressões no texto não seria unânime entre os sócios da instituição porque criava um problema de interrupção da narrativa. Na *Memória sobre a Vida de Martim da Bohemia*, Sebastião Francisco de Mendo Trigo dividiu o texto em duas partes, tendo por objetivo distinguir a parte crítica da parte narrativa. A primeira parte era a narração da vida do cosmógrafo humanista e a segunda parte destinava-se à resolução de dúvidas sobre a sua participação nos Descobrimentos. Nesse sentido, o sócio justifica:

Por não cortar tantas vezes o fio da História de Martim da Bohemia, guardamos para agora o exame de três fatos em que alguns escritores se persuadiram que ele tinha tido uma parte muito principal e vem a ser o descobrimento das Ilhas de Faial e Pico, o da América e o Estreito de Magalhães, dos quais trataremos por mesma ordem (Trigo, 1814).

Além da divisão feita por Mendo Trigos (1814) para não cortar o “fio da História” na narrativa, os documentos e a parte crítica poderiam ser apresentados por meio do uso de elementos extratextuais, como notas de rodapé. Francisco Alexandre Lobo (1821), em sua *Memória Histórica e Crítica a cerca de Luiz de Camões*, destacou que não incorporaria a reflexão documental no texto, e assim:

Para escusar o embaraço e interrupções desagradáveis que causaria n’alguns casos esta declaração sendo introduzida no texto, tomei o partido de a lançar pela maior parte em notas no fundo da página, onde lancei uns poucos fatos que a Crítica põe dúvida em admitir, mas que assim mesmo acho em certo modo curioso por dizerem a respeito a um homem como foi Luiz de Camões (Lobo, 1821).

Na obra *As Origens Trágicas da Erudição*, Anthony Grafton destaca que o surgimento da nota de referência estaria intimamente ligado à introdução da erudição na escrita da histórica oitocentista. O surgimento das notas de rodapé no período moderno, e dos artifícios a ela associados, como apêndices documentais e críticos, serviam para convencer o leitor de que o historiador realizara uma quantidade aceitável de trabalho de pesquisa, e indicar as principais fontes de que ele se utilizou (Grafton, 1998).

A recolha de fontes na escrita biográfica da Academia circunscreveu-se às fontes oficiais do reino e às fontes que pudessem elucidar fatos da carreira literária ou política do homenageado, como legislações, cartas, códices, genealogias, obras próprias ou de terceiros. A importância da fonte como ferramenta para extrair informações que não podiam ser provadas por “testemunhos oculares” revelaria uma concepção empírica de documento que deveria ser submetido aos procedimentos da crítica para ser concebido como autêntico. Nesses trabalhos de compilação, utilizavam-se fontes secundárias e fontes primárias, sendo as primárias consideradas na maioria das vezes de maior peso, como demonstra a *Memória Breve de D. Jorge da Costa*, escrita por Francisco Nunes Franklin (1823). Nesse trabalho, o sócio faz uma lista extensa dos diversos autores e obras que narraram a vida do cardeal Jorge da Costa, e em seguida argumenta:

Parece que nada mais haveria de acrescentar, mas tendo em vista muitos Documentos originais, que ainda restam no Arquivo da Torre do Tombo, respectivos sobre o Cardeal, julguei conveniente recapitular com mais firmeza os mesmos objetos que os mencionados Sábios indicaram, e expor alguns outros de novo (Franklin, 1823).

As “fontes originais” tinham maior peso do que as fontes secundárias, porque serviam para “recapitular com mais firmeza” o que os outros autores já tinham escrito. Esse processo, baseado no princípio da dúvida metódica, aos poucos estabeleceria a sobreposição do “poder” dos “testemunhos originais” sobre a autoridade dos historiadores clássicos portugueses. Segundo Arnaldo Momigliano, a distinção entre fontes primárias (autoridades originais) e secundárias (autoridades derivadas) foi o traço essencial que permitiu a modernidade do método histórico. Enquanto os historiadores escreviam “em ordem cronológica” e produziam fatos que serviam para explicar uma determinada situação, os

antiquários escreviam “de maneira sistemática”, coletando todos os itens relacionados a um certo tema, que ajudassem ou não a resolver seus problemas (Momigliano, 2014).

Na escrita biográfica da Academia, a Paleografia foi utilizada para resolver problemas de datas de nascimento, autoria de obras, ações públicas e privadas dos homenageados. Na memória escrita sobre o cronista Bernardo de Brito, o sócio Fr. Fortunato Boaventura afirmou que analisou a “letra do próprio punho” do autor para descobrir a sua verdadeira data de nascimento. Em seu texto, Boaventura transcreve dois trechos dos Livros Segundo e Quarto da *Monarquia Lusitana*, nos quais o próprio autor referiu a sua idade. Em sua perspectiva, a declaração do Cronista-mor teria “maior autoridade” nesse ponto do que outros autores e, desse modo, ele retifica a data de nascimento de Brito para o ano de 1568:

Assento que a declaração do próprio Cronista mor Fr. Bernardo de Brito faz maior autoridade nesse ponto, que a dos mais Autores, ainda que fossem coevos. Ora na terceira parte da Monarquia Lusitana, de que abaixo tratarei mais largamente, e que foi escrita em 1593, declarou ele por duas vezes e muito exatamente a sua idade.

No fim do 2º Livro traz por letra de seu próprio punho esta nota:

“Acabei este segundo livro dia da invenção de Santo Estevão aos três de agosto de 1593 indo para a idade de vinte e cinco anos”

E no fim do 4º livro:

“Acabei este quarto livro aos 22 dias do mês de setembro do próprio ano de mil e quinhentos e 93 anos, havendo 9 dias que acabara vinte e cinco de minha idade” (Boaventura, 1821).

Em outro exemplo, podemos destacar o problema da dúvida a respeito de alguns escritos do Fr. Antônio Brandão que, segundo o acadêmico São Boaventura, por “fatalidade” eram desconhecidos. Nesse trabalho, Boaventura, ao examinar o “inexato” Index dos Códices de Alcobaça, descobriria novos trabalhos acabados e incompletos do letrado que mereciam “aparecer no catálogo dos seus escritos”. Para isso, o autor faz uma análise da caligrafia e dos autógrafos nos diversos códices a fim de descobrir quais pertenciam ao cronista Fr. Antônio Brandão e quais pertenciam ao seu sobrinho, o também cronista e Fr. Francisco Brandão:

O exame particular que fiz destes códices me levou a descobrir alguns opúsculos do nosso cronista, uns acabados e outros incompletos, porém todos merecedores de aparecerem no catálogo dos seus escritos, que será precedido de certas observações gerais, que dizem ao meu intento, e comprovam o que já tenho estabelecido. 1.ª Os códices 444 e 445 não pertencem todos a Fr. Antônio Brandão, como afirma o autor do Index, visto já entrar neles a letra de Fr. Francisco Brandão, e especialmente no segundo, apenas começa o ano de que devia a partir da 5ª parte da Monarquia Lusitana [...] (Boaventura, 1823).

Nesse trabalho de Boaventura, o recurso à Paleografia permitiu identificar as obras que pertenciam ou não ao cronista Fr. Antônio Brandão. As dúvidas eram geradas pelo fato de haver opúsculos com a letra do cronista, mas sem a assinatura do autor verdadeiro, o que não permitia sua atribuição ao letrado. Para

resolver a questão, Boaventura faz uma descrição e análise extensa dos diversos códices, a fim de discernir os pertencentes ou não ao cronista. Ao final de sua discussão, o sócio divide em lista os “Opúsculos próprios”, os “Opúsculos duvidosos” e os “Monumentos consideráveis” transcritos por Brandão, apontando os elementos que caracterizavam as certezas e as dúvidas de cada obra.

Nas memórias biográficas, a autenticidade documental também era alcançada por meio da análise dos materiais “aparentes” das fontes. Na memória sobre a vida do cronista Bernardo de Brito, usa-se os recursos da Diplomática para “provar” que o letrado escreveu duas obras que por muito tempo se passaram por uma, a *Monarquia Gentílica*, e a mais famosa, a *Monarquia Lusitana*. Nesse trabalho, o sócio afirma que antes de Brito escrever a sua *Monarquia Lusitana*, escrevera uma “obra histórica” que dividiu em três partes: a *Monarquia Gentílica*, que foi dedicada ao rei Felipe II; a *Monarquia Gótica*, dedicada ao príncipe filho do rei; e a *Monarquia Católica*, dedicada à infanta D. Isabel Clara Eugênia. Destas partes constava no Arquivo da Alcobaça apenas a primeira e a terceira partes, sendo a segunda perdida, mas sabendo-se da sua existência por ter sido mencionada na Dedicatória da terceira parte. Desse modo, para resolver o problema, Boaventura fez uma análise comparativa das obras *Monarquia Gentílica* e *Monarquia Lusitana*. Vejamos alguns extratos da extensa análise do acadêmico:

Existem, pois, duas primeiras partes da Monarquia Lusitana, ambas manuscritas; e parece-me conveniente dar uma notícia mais larga da chamada Gentílica, que erradamente se confundiu com outra primeira parte, que é mais conforme à impressa.

Começa pelo título seguinte:

“Monarquia Lusitana composta por Fr. Bernardo de Brito monge cisterciense professo no Real Mosteiro de Alcobaça, dirigida ao católico Rei D. Felipe Sr. Nosso”.

Traz pintado de pena, mas com arte, o escudo das armas portuguesas, e à roda o verso. [...].

Logo no primeiro capítulo se notam grandes diferenças entre a primeira parte da Monarquia Lusitana, e esta Gentílica, cujas primeiras palavras se assemelham às impressas, mas a pouca distância da primeira linha segue outro rumo [...] (Boaventura, 1821).

Por meio da verificação das dedicatórias, dos prólogos, frontispícios e de sonetos, transcritos no corpo do texto, bem como examinando letra, datas, símbolos e instrumentos externos como a pena e tintas usadas nas duas obras, o autor conclui pela existência de diferenças entre as duas obras, que foram escritas em períodos diferentes. Ao final de sua discussão, o sócio destaca que a terceira parte da obra, que sobrou no Arquivo da Alcobaça, teve data adulterada de 1593 para 1605 “por tinta diversa”. Segundo Boaventura (1821), essa substituição seria movida pelo “espírito fraudulento”, ou dos “inimigos da Ordem”, ou dos críticos de Brito, que não entendendo o porquê de o autor escrever a terceira parte antes da segunda, mudaram a data para resolver o problema das contradições dos seus escritos (Boaventura, 1821). Nessa perspectiva, a inclusão de uma *Tabua Cronológica das Obras do Cronista mor Fr. Bernardo de Brito* ao final da memória, como instrumento de verificação de datas, revela a importância da Cronologia

na escrita biográfica. Com essa ferramenta, permitia-se a criação de quadros regressivos que pudessem combater os anacronismos e as contradições dos escritos dos autores homenageados.

De modo geral, o esforço crítico sobre a escrita da história fez com que os diversos escritos biográficos fossem revisitados e revisados pela Academia. A defesa de que somente por meio da fonte documental, primária ou secundária, seria possível resgatar a verdade ou a probabilidade dos acontecimentos passados, fez com que a falta de documentação se tornasse um sério problema para o historiador. Diante desse aspecto, de que modo os ilustrados da Academia resolviam os problemas quando faltavam fontes documentais?

Na *Memória Histórica e Crítica acerca de Fr. Luiz de Souza e das suas obras*, o acadêmico Francisco Alexandre Lobo alegou dificuldades no trabalho pela “falta de documentos, de que o historiador de Luiz de Sousa se pode ajudar” (Lobo, 1823). Essa dificuldade, também indicada em outras memórias históricas, não seria suprida pelos “biógrafos” do letrado, que segundo o sócio não acrescentaram muitas informações a seu respeito. Para os ilustrados da Academia os limites da história estariam na falta de documentação. Sendo assim, a falta da evidência documental imporia a necessidade de o historiador trabalhar com “o pouco que os mais antigos deixaram” e o que se poderia “coligir dos escritos” do próprio autor. Para o manejo dessas informações, o acadêmico apontava a necessidade do uso de conjectura:

É necessário, porém, que para os explicar, e maiormemente para suprir no que é de maior importância o com que faltaram, empreguemos conjectura. Ainda na presença de abundantes documentos o historiador é forçado a lançar mão de conjectura: porque raras vezes são eles tão suficientes e tão claros, que não deixem ocasião para adivinhar ou o que omitiram, ou o que declaram imperfeitamente. E se o historiador precisa sempre de sisuda diligência em examinar, não precisa menos em todo o caso de penetração discreta, ou para prender o fio histórico que se acha cortado ou para desempear perplexidades, ou para compor diferenças e talvez contradições (Lobo, 1823).

Para Alexandre Lobo (1823), tanto a ausência quanto a abundância de documentos poderiam criar problemas na pesquisa, tornando a conjectura um recurso necessário para os historiadores. O uso do termo “forçado” revela que a conjectura não era uma ferramenta com plena validade na escrita da história, uma vez que era considerado “um conhecimento fundado em fatos e razões que não têm toda a certeza”. Nesse sentido, o emprego desse artifício deveria ser cuidadoso, explicado e medido sempre por “bom fundamento”, conforme expôs o sócio em seu trabalho:

Quando conjecturamos, apontaremos as razões com que o fizemos, e os Leitores poderão ajuizar da sua força, ou fraqueza, e assim como nunca exporemos fatos sem indicar fundamento histórico, assim nunca ofereceremos conjectura sem advertir por um ou por outro modo, que a não pretendemos vender por mais do que seu valor justo (Lobo, 1823).

A partir de tais considerações, Alexandre Lobo (1823) aplicou conjectura para resolver o problema da incerteza acerca da data de alistamento de Luiz de Souza na Milícia de Malta. Na memória sobre o

letrado, o acadêmico apresentou uma série de argumentos para “retirar a dúvida” sobre a entrada de Sousa na ordem militar, distanciando-se dos demais escritores consultados:

Nenhum dos escritores apontados indica o ano, mas comparando a minha estimativa da época do seu nascimento com o que ele diz em um lugar das suas obras, de estar cativo em Argel no ano de 1577, determino-me muito pelo espaço entre fins de 1575 e princípios de 1577, o que vem a dar no ano de 1576, pouco mais ou menos. Nascendo como presumo, por 1555, cumpria Manoel de Souza no dito espaço de tempo vinte ou vinte e um anos, e quando mais entrava nos vinte e dois, e é muito pouco provável que antes dos vinte anos tivesse concluído, principalmente se estudou em Coimbra, a sua primeira educação, e que seus superiores lhe permitissem sair da casa paternal e do reino, e ir militar em regiões estranhas (Lobo, 1823).

Comparando a data de nascimento do letrado em 1555 (data adquirida por outra conjectura) e o que o homenageado “diz” em uma obra de estar cativo em Argel em 1577, o autor determina que a data de alistamento seria entre os anos de 1575 e 1577, “pouco mais ou menos de 1576”. Segundo o autor, que usa um argumento baseado na experiência, antes do ano de 1575 o letrado seria muito jovem para ter terminado sua primeira instrução na Universidade de Coimbra e para sair da casa paternal e do reino para militar em outras regiões. A credibilidade dos argumentos utilizados resultava da eleição de algumas autoridades que eram validadas pela proximidade com o objeto, como testemunhos próprios, testemunhos de terceiros que conviveram com o sujeito em questão e eram considerados “testemunha ocular, e de grande peso e autoridade”, além de testemunhos escritos oficiais, entre os quais se validava aquele que tinha maior proximidade com os acontecimentos.

Nos trabalhos biográficos da Academia, os ilustrados conciliaram a reflexão ilustrada da história com a noção de “glória”, evidenciando o papel que a crítica documental assumiu. A análise de textos, letras, assinaturas, datas e instrumentos como tinta, pincel e autógrafos evidencia que o objetivo da crítica era atestar a autenticidade de documentos que esclarecessem aspectos da vida pública dos homenageados e dos seus serviços ao reino. Essa atividade crítica operava dentro dos limites do decoro do panegírico, buscando validar testemunhos que comprovassem o “valor” e a utilidade dos biografados, evidenciando, assim, a articulação entre os procedimentos eruditos e a cerimonialidade de corte. A escolha por uma crítica “discreta”, fundamentada no respeito ao decoro, visava tanto enaltecer a “glória” e o “valimento” dos biografados quanto preservar uma concepção de história que, além de registrar os “progressos literários” do reino, exaltava os modelos exemplares.

A ênfase dada à evidência documental nas memórias biográficas produzidas pela associação não significou, contudo, o abandono da noção clássica de evidência, esta construída pelos procedimentos elocutivos da tradição retórica. Com isso, duas noções de evidência histórica coexistiram na escrita biográfica da Academia.

De acordo com a retórica antiga, a elocução consistia na expressão linguística dos temas já escolhidos e ordenados na narrativa. Segundo o retor português Jerônimo Soares Barbosa, a elocução é a expressão

verbal capaz de acrescentar nova força aos pensamentos e, de acordo com essa perspectiva, acreditava-se que essa terceira parte da retórica tinha o poder de melhorar os pensamentos já inventados e dispostos (Teixeira, 1999). A *elocutio* tratava do estilo da escrita aplicado convenientemente ao gênero retórico escolhido, ocupando-se dos ornatos aplicados, os tropos e as figuras de linguagem, que eram considerados a essência do discurso convincente. Conforme a tratadística, os tropos e figuras mais conhecidas eram a metáfora, metonímia, sinédoque, ironia, hipérbole, antonomásia, perífrase e catacrese (Teixeira, 1999).

Os procedimentos retóricos de invenção, disposição e elocução eram fundamentais na composição do gênero biográfico, uma vez que, segundo a concepção de eloquência, a retórica tinha três atribuições: ensinar (*docere*), persuadir (*movere*) e deleitar (*delectare*). A efetividade desses objetivos somente era possível quando o narrador considerava as provas artificiais definidas por Aristóteles: a primeira no caráter moral do orador (*ethos*), a segunda no próprio discurso, no que ele demonstra ou parece demonstrar (*logos*) e a terceira nos modos de dispor o público (*pathos*).

Além do uso de tropos e figuras de linguagem, o *pathos* também era produzido por meio da descrição ecfrástica das ações e virtudes. A *ekphrasis*, segundo João Adolfo Hansen, significava exposição ou descrição, associando-se às técnicas de amplificação de tópicos narrativas. De acordo com o autor, essa preceptiva, veiculada por Horácio e Posevino, afirmava que: “assim como o pincel imita os topoi narrativos das ecfrases de autoridades, também a pena deve imitar o pincel, produzindo metáforas visualizantes de efeitos maravilhosos, adequados simultaneamente à utilidade e ao prazer” (Hansen, 2006). A *ekphrasis* (ou *descriptio* em sua versão latina) pode ser vista como um procedimento elocutivo geral, cuja capacidade amplificadora faz do expediente um ornato da narração instrutiva, e por isso, a descrição minuciosa é adequada ao gênero historiográfico (Sinkevisque, 2000).

Em linhas gerais, a *ekphrasis* era uma forma de descrição verbal detalhada, vívida e ornamentada, que buscava provocar uma imagem mental no leitor ou ouvinte. A descrição, desse modo, produzia a *enargeia*, definida por Quintiliano como um ornato que “pinta” os objetos de que se fala “com tal viveza, que parece estar vendo”. Segundo Carlo Ginzburg, os gregos utilizavam a palavra *enargeia* para designar a vivacidade que a narração histórica deveria ter de exprimir, para que criasse uma ilusão de realidade, necessária aos discursos que se propunham verdadeiros (Ginzburg, 2007). Entre os romanos, houve diversas tentativas de apreender o significado do termo, por meio de diversas expressões. Quintiliano propôs *evidentia in narratione*: “na narração a evidência é, na verdade, uma grande virtude, quando algo verdadeiro não só deve ser dito, mas de alguma maneira mostrado.” Cícero utilizou *ilustrativo et evidentia* como sinônimo de *enargeia*, enquanto o autor anônimo de *Retórica a Herênio*, traduziu por *demonstratio*. Para Ginzburg (2007), as palavras modernas *demonstração*, *demonstration*, *démonstration* etc., correspondentes ao termo latino *demonstratio*, tiveram seu núcleo retórico oculto. *Demonstratio* designava o gesto do orador que indicava o objeto invisível, tornando-o quase palpável para quem o escutava, graças ao poder de suas palavras. De modo semelhante, o historiador conseguia comunicar aos leitores a própria experiência – direta, como testemunho, ou indireta – pondo sob seus olhos uma realidade invisível por meio da narrativa (Ginzburg, 2007). Na Academia, o sócio José Francisco Correia da

Serra (1791) enfatizou essa relação entre narrativa histórica e visualização, ao definir os panegíricos como: “painéis ópticos em que a distância é precisa para que algumas ações mais notáveis façam a aparência de uma vida inteira”.

Visando a *enargeia*, os escritos biográficos da Academia “pintavam”, com procedimentos miméticos de uma pintura, quadros narrativo-descritivos dos indivíduos homenageados em suas virtudes e ações. No caso do “retrato” biográfico, a *enargeia* poderia ser classificada em etopeia, hipotipose, topografia, prosopografia e antropografia. A etopeia servia para a descrição moral do indivíduo, enquanto a antropografia retratava sua aparência física, como demonstra a memória sobre Luíz de Camões:

Camões era valoroso: da tempera do seu gênio, e dos sucessos da sua história se deixa ver. O valor era qualidade quase inerente a todos os moços Portugueses, e particularmente aos nobres do seu tempo; e ele se jacta de o possuir, e mostrar nas ocasiões com uma franqueza tão segura e singela, que por si só nos obriga a dar-lhe crédito. Honradas feridas, de mais a mais atestaram no seu rosto, que naquele tempo soube encarar os perigos da guerra e provou como ele diz na Canção XI, os *acerbos frutos* de Marte. Perdeu o olho direito em um combate contra os Mouros; mas granjeou um documento manifesto irrefragável de sua virtude (Lobo, 1821).

Por meio da hipotipose, elaborava-se uma descrição de ações, como se observa na memória dedicada a Luís de Sousa:

No meio dos trabalhos militares da Ásia, e dos cuidados do seu Governo e família, achou tempo de cultivar as letras, aprendendo Física e Matemática e estudando a fundo a língua Latina, a Poesia e Antiguidades. Deixou boa prova nas composições que se deram à estampa e em outras que ficaram em manuscrito e de que fazem menção dos Bibliógrafos (Lobo, 1823).

As pinturas históricas também eram produzidas por meio da descrição topográfica das “excelências da terra” do homenageado:

Esta capital (Damasco) da Síria é uma das terras mais populosas e ricas do oriente; e a grande quantidade do seu terreno, a suavidade da sua atmosfera, e a grande quantidade de manufaturas ali estabelecidas, atraem a ela um grande concurso de estrangeiros [...] (Trigoso, 1814).

A pintura da “aparência” do homenageado aparece também no elogio da rainha D. Maria I, escrito pelo acadêmico José Bonifácio de Andrada e Silva:

Deu-lhe a natureza um rosto belo, um porte esbelto e majestoso, uma fronte larga e aberta, que indicava a serenidade de sua alma, e os talentos da sua mente; um semblante cheio de dignidades, mas plácido e suave, uns olhos perspicazes, mas meigos e cheios de

bondade, um riso modesto, mas ao mesmo tempo gracioso. E era tal a harmonia do seu todo que parece que quando assim o formou a natureza, pedira emprestado à arte o seu compasso (Silva, 1857).

A tópica *habitus corporis* era usada por meio da descrição da figura exterior do homenageado. Seu uso no elogio à “formosura física” de D. Maria I seria feito mediante o recurso à antropografia, na qual a descrição da figura é feita do geral ao tipo particular. Descreve-se o “rosto belo”, o “porte esbelto e majestoso”, a “fronte larga e aberta”, que constituem as qualidades exteriores da rainha, passando por suas qualidades particulares como a “serenidade de sua alma” e os “talentos da sua mente”. Desse modo, compunham-se o tipo da monarca por meio da descrição das qualidades morais em consonância com as qualidades físicas.

Nos escritos biográficos da Academia, os tipos morais eram “pintados” por meio de descrições detalhadas, permitindo ao leitor “visualizá-los” como em uma tela. Em vista disso, a tópica horaciana *ut pictura poesis*, que descreve a relação entre a pintura e a poesia, também se revelava na história – *ut pictura historia* – uma vez que se criavam quadros históricos exemplares das vidas dos homenageados de modo narrativo-descritivo. A *ekphrasis* era um recurso da *ars historica* que possibilitava a amplificação dos argumentos. Os tropos e figuras de linguagem funcionavam como “tinta” para as pinturas históricas, dando força à argumentação e aos pensamentos (Sinkevisque, 2000). Se por um lado esse procedimento era essencial no processo elocutivo literário, por outro, era fundamental na construção da autoridade, uma vez que ela se confundia com a noção de prova:

Desse modo, o ornamento da elocutio historiográfica – com a pintura dos tipos de descrições minuciosas que permitiriam ao leitor visualizar as cenas tal como em uma tela – articulava-se intrinsecamente aos seus argumentos, pois, de acordo com os preceitos retórico-poéticos em voga, as artes discursivas deviam *docere, movere et delectare* (Andrade, 2006).

O efeito de presença e o efeito de veracidade produzidos pela pintura histórica eram possibilitados pela correlação entre sentimentos e compreensão, a qual fundamentava a noção de prova retórica desenvolvida por meio da *ekphrasis*. Pressuposto para a *enargeia* (vivacidade), essa técnica esteve presente nos textos gregos com o fim de sensibilizar o público receptor em relação à verdade. Na narrativa historiográfica, a representação “viva” dos fatos era possível mediante a produção de imagens que produziam a verdade enquanto um efeito, conforme Carlo Ginzburg esquematiza: narrativa histórica – descrição – vivacidade – verdade. A *enargeia*, que para os latinos foi traduzida como *demonstratio* ou *evidentia*, e cujo significado retórico foi “oculto”, servia não somente no despertar do prazer na narrativa, mas também como ferramenta primordial na construção do “efeito de verdade”. Essa noção de evidência retórica demarca a diferença entre o conceito de história dos historiadores gregos e dos historiadores modernos. Enquanto a verdade histórica da tradição moderna se funda no exame das fontes, da evidência

documental, para a tradição retórica a verdade histórica se fundava na *evidentia* – o equivalente latino de *enargeia* proposto por Quintiliano (Ginzburg, 2007).

No âmbito da Academia, crítica documental e retórica complementavam-se na construção de um discurso histórico sólido e persuasivo. O efeito de verdade era alcançado por meio de estratégias que articulavam fidelidade documental e expressividade retórica, conferindo aos textos biográficos um caráter exemplar, moralizante e, sobretudo, verídico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVARÁ de 22 de março de 1781. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo IV, Parte II. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia. 1816.
- ANDRADE, Luiz Cristiano. Os preceitos da memória. Manuel Severim de Faria, inventor de autoridades lusas. *História e Perspectivas*, Uberlândia, n. 34, p. 107-137, jan.-jun. 2006.
- BOAVENTURA, Frei Fortunato. Memória de algumas particularidades com que se pode acrescentar e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a vida e escritos do Cronista Mor, Fr. Bernardo de Brito. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1821.
- BOAVENTURA, Frei Fortunato. Memória sobre a Vida do Cronista mor Fr. Antônio Brandão e o que se pode acrescentar ao Catálogo de seus escritos que vem na Biblioteca Lusitana. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1823.
- COSTA E SÁ, Manoel José Maria da. Elogio Histórico de Pedro José de Figueiredo recitado na sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa de 15 de dezembro de 1830. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências*. 2ª Série. Tomo II. Parte I. Lisboa: Na Tipografia da Mesma Academia, 1848.
- DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e Catolicismo*: Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994.
- FRANKLIN, Francisco Nunes. Memória Breve de D. Jorge da Costa, Cardeal de Lisboa, do título de São Marcellino e de S. Pedro, ou como outros chamavam o Cardeal de Portugal, e vulgarmente o Cardeal de Alpedrinha, produzindo-se um dos raros Documentos originais do mesmo Cardeal de muita erudição e sentenças. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1823.
- GINZBURG, Carlo. Descrição e citação. In: *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso e fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e erudição. In: NICOLAZZI, Fernando; *et al.* *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- HANSEN, João Adolfo. Ut pictura poesis e verossimilhança na doutrina do conceito no século XVII. *Floema Especial*, Bahia, ano 2, n. 2A, p. 111-131, out. 2006.
- HISTÓRIA e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa: Na Oficina da Mesma Academia (1797-1839). v. 12.
- KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759). São Paulo: Hucitec; Bahia: E.C. Baianos; UFBA, 2004.
- LOBO, Francisco Alexandre. *Memória histórica e crítica* acerca de Luiz de Camões e das suas obras. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VII. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1821.
- LOBO, Francisco Alexandre. *Memória histórica e crítica* acerca de Fr. Luiz de Sousa e das suas obras. In: *História e Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Tomo VIII Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1823.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.
- MACHADO, Diogo Barbosa. Prólogo. In: MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana, Historica, Critica e Cronológica*. Lisboa Ocidental: Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, 1741.
- MELLO, Francisco de Pina de Sá. *Teatro da Eloquência*. Lisboa: Oficina Francisco Borges de Sousa, 1766.
- MEMÓRIAS de Literatura Portuguesa. Lisboa: Na Oficina da Mesma Academia (1792-1814). v. 8.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. História antiga e o antiquário. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 19-76, jul. 2014.
- MOTA, Isabel Ferreira. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Minerva, 2003.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo*. A Academia Real de Ciências de Lisboa e os Caminhos da Ilustração Luso-Brasileira na Crise do antigo sistema colonial. 1998. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

- PÉCORA, Alcir. A história como colheita rústica de excelências. In: PÉCORA, Alcir; SCHWARTZ, Stuart. *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- QUINTILIANO, Fabio M. *Instituições Oratórias*. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1836. v. 2.
- REVEL, Jacques. A biografia como problema historiográfico. In: REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: UFPR, 2010.
- RIBEIRO, João Pedro. *Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*. Tomo IV. Parte I. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1819.
- SERRA, Abade Correia. Discurso Preliminar. In: SERRA, Abade Correia. *Coleção de Livros Inéditos da História Portuguesa*. Tomo I. Lisboa: Oficina da Mesma Academia, 1790.
- SERRA, Abade Correia. *Elogio do Senhor Conde de Vimieiro*. 17 jan. 1791. 3 f. **Manuscrito**. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivos particulares, Abade Correia da Serra, Caixa 2B, A 40. Disponível em: <https://ciuhct.org/recursos/fontes-e-documentacao>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada. *Elogio Acadêmico da Senhora D. Maria Primeira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Empresa Tip. Dois de dezembro, 1857.
- SILVA, Taíse Tatiana Quadros. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero*. 2000. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SINKEVISQUE, Eduardo. D. João IV: Persona discursiva/Persona Pictórica. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 27, n. 2, jul.-dez. 2014; v. 28, n. 1, jan.-jun. 2015.
- SOUZA, Roberto Acízelo Quelha. *O Império da Eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Niterói: EDUFF, 1999.
- SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica: Basílio da Gama e a poética do encômio*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1999.
- TRIGOSO, Sebastião Francisco de Mendo. Memória sobre Martim de Boémia. In: *Memórias de Literatura Portuguesa*. Tomo VIII. Parte II. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1814.